

POLÍTICA INTERSETORIAL DE PLANTAS MEDICINAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: visão docente

Janaína SENA^a

Maria Cristina Flores SOARES^b

Marta Regina CEZAR-VAZ^c

Ana Luiza MUCCILLO-BAISCH^d

RESUMO

Esta pesquisa, realizada com docentes de universidades da região Sul do Rio Grande do Sul e da Campanha, Brasil, buscou visualizar se os docentes conheciam a Política Intersectorial de Plantas Medicinais do Estado do Rio Grande do Sul, sendo uma pesquisa quantitativa que utilizou uma amostra de 185 docentes (61,7%). Pode-se constatar que 91,50% dos questionados não têm conhecimento da Política Intersectorial de Plantas Medicinais do Estado. Isso possibilitou pensar que, apesar da existência dessa política no Rio Grande do Sul, esta ainda é pouco divulgada nos meios acadêmicos, dificultando o conhecimento por parte dos docentes.

Descritores: Formulação de políticas. Plantas medicinais. Educação superior.

RESUMEN

Esta investigación, realizada con docentes de universidades de la región sur de Rio Grande do Sul y de la Campanha, Brasil, tuvo como objetivo identificar si los docentes conocían la Política Intersectorial de Plantas Medicinales del Estado de Rio Grande do Sul. Como se trata de una investigación cuantitativa se utilizó una muestra de 185 docentes (61,7%). Fue posible constatar que el 91,5% de los cuestionados no tenían conocimiento sobre la Política Intersectorial de Plantas Medicinales del Estado. Esto lleva a pensar que, a pesar de la existencia de esta política en Rio Grande do Sul, su falta de divulgación en los medios académicos acarrea el desconocimiento de los docentes sobre la misma.

Descriptor: *Formulación de políticas. Plantas medicinales. Educación superior.*

Título: *Política Intersectorial de Plantas Medicinales del Estado de Rio Grande do Sul: visión docente.*

ABSTRACT

This survey aimed detecting the knowledge of faculty members of university of the southern region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, in the Intersectorial Policy of Medicinal Plants of the State of Rio Grande do Sul. This quantitative survey used a sample size of 185 professors (61.7%). It was found that 91.50% of the interviewed professors did not know this policy. This suggests that, despite the existence of a policy on medicinal plants in the state of Rio Grande do Sul, it is not well disseminated in the academia, which hinders its knowledge among faculty members.

Descriptors: *Policy making. Plants, medicinal. Education, higher.*

Title: *Intersectorial Policy of Medicinal Plants of the State of Rio Grande do Sul: as viewed by faculty members.*

^a Enfermeira. Professora do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) de Frederico Westphalen. Mestre em Enfermagem.

^b Fisioterapeuta. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Fisiológicas da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em Fisiologia da Reprodução.

^c Enfermeira. Professora Associada do Departamento de Enfermagem da FURG. Doutora em Filosofia da Enfermagem.

^a Enfermeira. Professora Associada do Departamento de Ciências Fisiológicas da FURG. Doutora em Ciências Biológicas.

1 INTRODUÇÃO

As plantas medicinais, se usadas com base em princípios científicos, podem ser a solução para algumas das dificuldades apresentadas no setor saúde, já que são econômica e culturalmente viáveis à população em geral, voltando-se à promoção da saúde.

Assim, entende-se que a saúde deva incluir, em suas referências, as crenças, valores, conhecimentos e práticas vivenciadas pelas pessoas, tornando-se, desta forma, um conceito subjetivo, particular e peculiar para cada indivíduo e grupo, intimamente ligado com a qualidade de vida desejada e esperada. Além disso, tem sido referido que o planejamento das ações em saúde necessita considerar as diferentes práticas de cuidado valorizando as diversidades culturais⁽¹⁾.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendou formalmente, na Conferência de Alma-Ata, que os recursos de medicina tradicional e popular fossem utilizados pelos sistemas nacionais de saúde, recrutando os praticantes dessa medicina como aliados na organização e implementação de medidas para melhorar a saúde da comunidade⁽²⁾.

Nesse sentido, no estado do Rio Grande do Sul, surge uma política para o uso de plantas medicinais. Desde o início do seu processo de implantação, uma série de ações vem sendo realizadas pelos diferentes órgãos, inclusive em parceria com empresas e outras instituições representativas da sociedade. Este processo envolveu as Secretarias da Saúde, do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento, da Educação, do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, da Ciência e Tecnologia, do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e órgãos vinculados, e da criação da Rede de Implementação da Cadeia Produtiva de Fitoterápicos (Rede Fito-RS). As ações desenvolvidas por esses órgãos buscam a implementação da fitoterapia^e como prática terapêutica nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e a qualificação da cadeia produtiva de plantas medicinais como alternativa de desenvolvimento econômico e social⁽³⁾.

Segundo o disposto no Projeto de Lei nº 224/2001, a Política de Plantas Medicinais do Estado do Rio Grande do Sul foi uma reivindicação antiga dos movimentos populares, das instituições universitárias e de pesquisa e de órgãos governamentais, sendo explicitada em encontros e reuniões, em todo estado, como nas Conferências Estaduais de Saúde e nos seminários do Fórum pela Vida. Ainda conforme este documento, como justificativa para a elaboração da Política Intersetorial de Plantas Medicinais, foi considerada a experiência popular no uso de plantas medicinais e sua repercussão nas atividades produtivas, na educação, na promoção da saúde e no resgate do saber tradicional popular⁽³⁾.

Como este estudo esteve vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pretendeu-se inicialmente investigar a realidade vivenciada pelos docentes dos cursos de Enfermagem e Medicina da FURG. Posteriormente decidiu-se estender o estudo para os outros cursos de enfermagem e medicina da região e poder avaliar as realidades vivenciadas pelos mesmos. Sendo assim, foram incluídos os docentes do curso de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e os docentes do curso de Enfermagem da Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

Uma pré-análise dos conteúdos programáticos das disciplinas permitiu verificar que os currículos dos cursos da área da saúde destas instituições ainda estão construídos sobre as bases de um modelo de saúde biomédico, conseqüentemente com dificuldade de inserção de conteúdos como a fitoterapia e de valorização do saber popular⁽⁵⁾. Estas constatações nos levaram a inferir uma descrença e/ou desconhecimento desses conteúdos como importantes para a formação profissional. Um dos fatores que poderia contribuir para esta realidade é o desconhecimento por parte dos docentes destas instituições acerca da Política Intersetorial de Plantas Medicinais.

Portanto, este estudo tem como objetivo visualizar se os docentes dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina da FURG, da UFPEL e do curso de graduação em Enfermagem da URCAMP-Bagé conhecem a Política Intersetorial de Plantas Medicinais do Estado do Rio Grande do Sul.

^e A Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância (RDC nº 17) define produto fitoterápico como a transformação de uma planta em medicamento, visando a preservação da integridade química e farmacológica do vegetal, garantindo a constância de sua ação biológica e a segurança de utilização, além de valorizar o seu potencial terapêutico⁽⁴⁾.

2 PROCESSO METODOLÓGICO

O estudo foi desenvolvido como uma pesquisa quantitativa com metodologia exploratória, descritiva e analítica, sendo desenvolvida na FURG, UFPEL E URCAMP. Estas instituições foram selecionadas levando-se em consideração o seu histórico e/ou vocação. A FURG encontra-se inserida em uma região costeira, tendo como vocação natural a compreensão das inter-relações entre os organismos, incluindo-se aí o homem e o meio ambiente. A UFPEL caracteriza-se pela tradição nos estudos e pesquisas que desenvolve na área das Ciências Agrárias, pois sua origem data de mais de cem anos, com a criação da Escola de Agronomia Eliseu Maciel. A URCAMP-Bagé, inserida na região da Campanha fazendo fronteira com o Uruguai, tem como compromisso a dimensão global do saber e a inserção com a realidade do homem da região.

As informações sobre o número e o nome dos docentes, bem como Departamentos/Institutos/Faculdades/Centros aos quais pertencem foram obtidas junto ao Departamento de Pessoal/Recursos Humanos das Universidades envolvidas na pesquisa.

A população-alvo selecionada foi constituída de docentes efetivos e substitutos dos cursos de graduação da área da saúde das três instituições. A partir da aprovação das instituições envolvidas por intermédio dos Departamentos/Institutos/Faculdades/Centros existentes nestas universidades, optou-se por selecionar uma amostra incluindo somente os docentes que administram aulas para os cursos de Enfermagem e/ou Medicina da FURG e UFPEL e para o curso de graduação em Enfermagem da URCAMP-Bagé.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário, contendo perguntas fechadas, as quais possibilitam ao participante responder questões pré-formuladas, expondo o conhecimento sobre a Política Intersetorial de Plantas Medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. Os participantes foram esclarecidos previamente acerca dos objetivos e finalidade da pesquisa, respeitando-se os aspectos éticos que envolvem investigação com seres humanos, os quais constam na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, contemplando suas Diretrizes e Normas⁽⁶⁾, garantindo ainda o anonimato dos respondentes, por

meio do Consentimento Livre e Esclarecido. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde (CEPAS) da FURG (parecer 040/2006).

Para a aplicação do instrumento da pesquisa, foi realizado contato com o respondente, identificando o local mais adequado para responder ao questionário, preferencialmente na instituição de ensino de atuação do docente. Os docentes foram procurados para aplicação do instrumento no máximo três vezes.

A ausência de dados referentes ao conhecimento sobre o tema plantas medicinais, na formação acadêmica nas universidades pesquisadas, nos levou a estimar que 5% dos docentes abordam o tema em algum momento, no seu processo de trabalho. O nível de confiança admitido foi de 95%, com margem de erro de 5%. Tinha-se um total de 300 docentes que ministravam aulas para os cursos de Enfermagem e/ou Medicina, sendo então retirada uma amostra, por sorteio, de 185 docentes (61%) desse total⁽⁷⁾.

Deste modo, na FURG, fizeram parte do estudo 87 docentes sendo 28 do curso de Enfermagem, 42 do curso de Medicina e mais 17 docentes que atuavam nos dois cursos.

Na UFPEL participaram 49 docentes, sendo 24 do curso de Enfermagem, 22 da Medicina e mais três docentes que atuavam nos dois cursos.

Já na URCAMP teve-se a participação de 17 docentes, todos atuando no curso de Enfermagem.

Ao longo da coleta ocorreram 32 perdas (18,38% da amostra) sendo duas na FURG e trinta na UFPEL. As perdas foram devidas à recusa desses sujeitos em participar da pesquisa ou pelo fato de terem sido procurados mais de três vezes e não encontrados. Ao final foram entrevistados 153 docentes, dos 185 pretendidos.

A análise de dados foi realizada utilizando-se a distribuição de frequência para visualização dos dados coletados. Após, as diferenças entre porcentagens foram analisadas através do Teste do Qui-Quadrado, sendo considerados estatisticamente significativos os valores em que $p < 0,05$ ⁽⁸⁾.

3 RESULTADOS

Os resultados estão apresentados em dois blocos: o primeiro sobre o conhecimento dos do-

centes questionados a respeito da Política de Plantas Mediciniais do Estado do Rio Grande do Sul e o segundo sobre os conhecimentos que os docentes que participaram da pesquisa têm sobre os objetivos da Política Intersetorial de Plantas Mediciniais.

3.1 Conhecimento da Política Intersetorial de Plantas Mediciniais do Estado do Rio Grande do Sul

Verificou-se que 91,50% dos docentes questionados não têm conhecimento da Política Intersetorial de Plantas Mediciniais. Os docentes que mais tem conhecimento da política são os da URCAMP(2), perfazendo um total de 11,8%, seguida da UFPEL(5), com 10,2% dos entrevistados e a FURG (6), com 6,9%.

Na relação curso/instituição tem-se: Enfermagem URCAMP (11,8%), Enfermagem UFPEL (11,1%), Enfermagem FURG (8,9%), Medicina UFPEL (8,0%) e Medicina FURG (3,4%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição por curso e instituição dos entrevistados que conhecem a Política Intersetorial de Plantas Mediciniais do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande (RS), 2004.

Curso/Instituição	N	n	%
Enfermagem URCAMP	17	2	11,8
Enfermagem UFPEL	27	3	11,1
Enfermagem FURG	45	4	8,9
Medicina UFPEL	25	2	8,0
Medicina FURG	59	2	3,4

Fonte: Pesquisa direta: próprios autores. Rio Grande (RS), 2004.

3.2 Identificação da Política Intersetorial de Plantas Mediciniais do Estado do Rio Grande do Sul

Entre os sujeitos que referiram conhecer a política foi investigada a identificação dos objetivos da Política Intersetorial de Plantas Mediciniais do Estado (Tabela 2).

Tabela 2 - Objetivos da Política Intersetorial de Plantas Mediciniais identificados pelos docentes das diferentes instituições que conhecem a política. Rio Grande (RS), 2004.

Identificação da Política	FURG*	UFPEL**	URCAMP***
	n (%)	n (%)	n (%)
Implantar a fitoterapia nos serviços nos serviços públicos de saúde, garantindo acesso e disponibilização de fitoterápicos de qualidade à população.	6 (100,0)	2 (40,0)	2 (100,0)
Estimular e fazer avançar a pesquisa sobre plantas, priorizando as espécies nativas.	5 (83,3)	4 (80,0)	2 (100,0)
Incluir as questões relativas às plantas medicinais na política de Educação Ambiental do Estado.	3 (50,0)	4 (80,0)	2 (100,0)
Qualificar a cadeia produtiva de plantas medicinais, colocando a atividade em patamar sustentável e favorecendo a reconversão produtiva no meio rural e urbano.	2 (33,3)	2 (40,0)	2 (100,0)
Criar mecanismos e instrumentos de proteção, resgate e valorização da cultura tradicional e popular sobre as plantas medicinais na saúde humana, animal e vegetal.	2 (33,3)	5 (100,0)	1 (50,0)

Fonte: Pesquisa direta: próprios autores. Rio Grande (RS), 2004.

* N = 6; ** N = 5; *** N = 2.

Assim, na FURG, destaca-se que 100% dos entrevistados que conhecem a política, visualizam que esta possa implantar a fitoterapia nos serviços públicos de saúde, garantindo acesso e disponibilização de fitoterápicos de qualidade à população. Na UFPEL, 100% dos sujeitos que conhe-

cem a política avaliam que ela pode vir a criar mecanismos e instrumentos de proteção, resgate e valorização da cultura tradicional e popular sobre as plantas medicinais na saúde humana, animal e vegetal. Já na URCAMP, 100% dos conhecedores da política consideram que esta pode im-

plantar a fitoterapia nos serviços públicos de saúde, garantindo acesso e disponibilização de fitoterápicos de qualidade à população; estimular e fazer avançar a pesquisa sobre plantas, priorizando as espécies nativas; incluir as questões relativas às plantas medicinais na política de Educação Ambiental do Estado, e qualificar a cadeia produtiva de plantas medicinais, colocando a atividade em patamar sustentável e favorecendo a reconversão produtiva no meio rural e urbano.

4 DISCUSSÃO

O estudo foi elaborado a partir da aplicação de questionários que possibilitaram obter respostas específicas sobre as questões que abordam o conhecimento e a identificação dos objetivos da Política Intersetorial de Plantas Medicinais do Estado do Rio Grande do Sul.

Fizeram parte do estudo os docentes dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina da FURG e UFPEL e em Enfermagem da URCAMP.

Os resultados mostraram que apenas 8,5% dos docentes questionados têm conhecimento da política intersetorial de plantas medicinais. A avaliação destas respostas por instituição destaca que proporcionalmente ao número de entrevistados por instituição, a URCAMP e os docentes do curso de Enfermagem desta universidade são aqueles que mais fazem referência a esse saber.

A enfermagem, como força de trabalho, na maioria dos seus discursos mostra-se favorável à utilização de novos recursos para a saúde e a busca de conhecimentos mais complexos, incorporando novas idéias e técnicas na assistência prestada ao cliente⁽⁹⁾. A enfermagem está em processo de expansão, aberta a descobertas que possam contribuir para a melhoria da qualidade da assistência prestada à população o que inclui o uso de recursos naturais.

Os profissionais enfermeiros, para que possam dar orientações efetivas sobre plantas medicinais, necessitam possuir conhecimentos das propriedades terapêuticas mais conhecidas e usadas e do seu preparo, indicação, cuidados e doses⁽¹⁰⁾.

O conhecimento sobre as plantas medicinais, que é de domínio público, representou e ainda representa o único recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos⁽¹¹⁾.

Estudo realizado em comunidades onde atuam equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) da cidade do Rio Grande constatou-se que 94,4% dos sujeitos questionados utilizam plantas medicinais como medicamentos. Importante destacar igualmente que a maioria das pessoas dessas comunidades utiliza chás como primeira conduta a ser adotada quando alguém adocece. Desta forma, torna-se importante a discussão do tema nos meios acadêmicos, uma vez que os clientes utilizam este tipo de terapia possivelmente por fazer parte de sua cultura e por acreditarem em sua eficácia⁽¹²⁾.

A OMS, durante a Conferência de Alma-Ata, indicou formalmente a utilização de recursos tanto da medicina tradicional quanto da popular, pelos sistemas de saúde, reconhecendo os praticantes dessa medicina como importantes aliados na organização e implementação de medidas para aprimorar a saúde da população⁽²⁾. Esta mesma organização recomendou que os países membros, principalmente os do Terceiro Mundo, ampliem o arsenal terapêutico da saúde através do aproveitamento das práticas de medicina popular empregadas pela população⁽¹³⁾.

No Brasil, vários estados além do Rio Grande do Sul, já definiram e colocaram em prática políticas de utilização de plantas medicinais e fitoterápicos no sistema de saúde. Podemos citar os exemplos do estado do Espírito Santo, Mato Grosso, Rio de Janeiro^(14,15).

O Estado do Rio Grande do Sul, ao elaborar a Política Intersetorial de Plantas Medicinais, entendeu a necessidade de estabelecer relação entre o saber científico e o popular, referindo-se tanto à construção do conhecimento quanto à pesquisa sobre o tema⁽³⁾.

No nosso estado, apesar da política ter sido instituída em 2001, esta ainda encontra dificuldades quanto a sua divulgação e implantação. Isto pode ser visto nos resultados deste trabalho, onde a maioria dos docentes que participaram da pesquisa, ministrando disciplinas para os cursos da área da saúde, desconhecem a Política Intersetorial de Plantas Medicinais.

Recentemente, em dezembro de 2005, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS)⁽¹⁶⁾. Vários segmentos da sociedade, empresas ligadas

ao setor produtivo de plantas e insumos, instituições de ensino e de pesquisa, secretarias de estado, entre outras, ao formularem a política, estabeleceram a necessidade de ampliação das opções terapêuticas aos usuários do SUS.

Após verificar se os docentes conheciam a Política Intersetorial de Plantas Medicinais do Estado do Rio Grande do Sul, teve-se a necessidade de buscar saber o que especificamente os entrevistados conheciam desta. Para isso os docentes foram apresentados aos objetivos da mesma para que pudessem identificar o que consideravam como sendo de ocupação da política.

Quanto ao reconhecimento do objetivo da Política Intersetorial de Plantas Medicinais de implantar a fitoterapia nos serviços públicos de saúde, dar acesso e disponibilizar produtos de qualidade, observa-se um ponto em comum entre os docentes da FURG e da URCAMP. Essa relevância para a saúde pode se dar pela tolerância, à utilização por parte da população, por fazer parte de sua cultura, como também pela facilidade de acesso. Pode-se confirmar isso através dos dados obtidos em um estudo, onde 82,2% dos docentes são favoráveis ao uso de plantas medicinais como prática de saúde, pelo fácil acesso, baixo custo e a menor incidência de efeitos colaterais⁽¹⁷⁾.

Além disso, os docentes das três instituições reconhecem a necessidade de estimular e fazer avançar a pesquisa sobre plantas, priorizando as espécies nativas. Este reconhecimento pode ter relação com o fato de que os usos, tanto popular quanto tradicional não são suficientes para validar as plantas medicinais como medicamentos que proporcionam eficácia e segurança aos consumidores. Esse uso necessita, assim, estar fundamentado em evidências experimentais comprobatórias, para que os riscos ao qual se expõem os que as utilizam seja superado pelos benefícios que possam ocorrer⁽¹⁸⁾.

Por outro lado, os docentes da URCAMP, com maior ênfase, reconhecem como objetivo da Política Intersetorial de Plantas Medicinais, qualificar a cadeia produtiva de plantas medicinais, colocando a atividade em patamar sustentável e favorecendo a reconversão produtiva no meio rural e urbano.

Nessa busca de qualificação, deve-se pensar na qualificação profissional, o que pode ser

conseguido dentro das instituições de ensino, no caso específico, nas universidades, bem como na busca do estabelecimento de parcerias e principalmente, na sensibilização da sociedade em geral para a importância e cuidados na utilização das plantas medicinais e da fitoterapia.

Entre os docentes da UFPEL, o que mais chama a atenção é a preocupação com a busca de mecanismos e instrumentos que valorizem a cultura tradicional e popular.

Com a influência do modelo biomédico e das tradições científicas culturais de padrões de pensamento, existem resistências às mudanças, mesmo que a cultura tenha acumulado experiências curativas alternativas. Vê-se que nas universidades ainda não há um espaço para a discussão sobre a validade de um todo ou parte desse acervo cultural, se relacionado com o modelo de medicina oficial. As terapias complementares têm que apresentar argumentos convincentes sobre a sua cientificidade e suas práticas para que possam demonstrar sua contribuição para a saúde dos indivíduos e possam fazer parte da organização das atividades realizadas pelos docentes⁽¹⁷⁾.

A Lei de Diretrizes e Bases dos cursos de graduação, inseridos nesta pesquisa quanto a Educação Superior, destaca a finalidade de formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, os quais devem promover e divulgar os conhecimentos culturais, científicos e técnicos, comunicando o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação⁽¹⁹⁾.

Os padrões de conceitos acadêmicos de saúde, os quais têm evoluído historicamente, encontram dificuldade de generalização exatamente devido à grande variabilidade e até mesmo devido à contradição dos padrões e comportamentos pela herança cultural das várias sociedades humanas⁽²⁰⁾. Nesse sentido, cabe pensar que talvez essa diferença nos padrões e comportamentos incorporados à herança cultural de cada indivíduo e da sua instituição de ensino, seja o fator que explique a diferença na abordagem dada pela Enfermagem da UFPEL.

A cultura é vista como um resultado obtido através de um aprendizado, o qual permite ao homem adaptar-se ao meio em que vive e à socie-

dade, ou ainda, uma forma de pensar, agir e reagir deste homem em uma determinada sociedade, levando em consideração a inter-relação com os seus semelhantes⁽²¹⁾. Essa cultura, mesmo estando o sujeito inserido em uma instituição, manifesta-se fazendo com que pense, aja e reaja, possibilitando a expansão de suas idéias, agregada aos saberes adquiridos fora desse ambiente, e faz com que ocorra um desencadeamento da busca por saberes que pareçam significativos para que exerça seu trabalho.

A difusão do tema plantas medicinais contribui para a preservação e resgate da cultura popular e o trabalho com plantas medicinais serve como um recurso para a saúde, que pode vir a ser utilizado pela população, implicando o exercício de várias atividades que possibilitem a melhor capacitação pessoal e o permanente resgate do conhecimento sobre o tema⁽²²⁾.

A formulação das políticas públicas ligadas às plantas medicinais mostra a preocupação das autoridades em desenvolver o tema e aproximar os dois saberes: científico e popular. Por se tratar de uma proposta a longo prazo e devido ao recente surgimento da Política Intersetorial de Plantas Medicinais em 2001, pode-se pensar que ainda não tenha havido a devida discussão dentro das instituições de ensino.

As Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina referem que os conteúdos devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, devendo contemplar conteúdos técnicos, metodológicos e os instrumentos inerentes ao trabalho do profissional e da profissão em nível individual e coletivo⁽²³⁾.

Esta necessidade talvez justifique a proposta, em longo prazo, de incluir a disciplina de Fitoterapia em currículos nas áreas afins e direcionar pesquisas para o desenvolvimento de projetos que atendam os interesses e demandas locais e regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a Política Intersetorial de Plantas Medicinais é, em geral, pouco conhecida pelos docentes dos cursos da área da saúde das universidades do extremo sul do Brasil.

Os resultados sugerem que os docentes dos cursos de Enfermagem são aqueles que fizeram maior referência a este saber. A enfermagem em processo de expansão e abertura a novas descobertas pode contribuir para a melhora da qualidade da assistência, incluindo o uso de recursos naturais para a saúde da população.

Destaca-se como considerado importante pelos docentes das três instituições a divulgação desta Política como meio para avançar a pesquisa sobre plantas dando prioridade as espécies nativas. Além disso, a difusão do tema Plantas Medicinais contribui para a preservação e resgate da cultura popular.

Concluindo, considera-se a necessidade da inclusão de uma disciplina de Fitoterapia nos cursos da área da saúde a fim de promover o desenvolvimento de projetos que atendam as necessidades locais e regionais.

REFERÊNCIAS

- 1 Teixeira ER, Nogueira JF. O uso popular das ervas terapêuticas no cuidado com o corpo. Revista Gaúcha de Enfermagem 2005;26(2):231-41.
- 2 World Health Organization. Declaration of Alma-ata [monograph on the Internet]. In: International Conference on Primary Health Care; 1978 Sept 6-12; Alma-Ata, USSR. Geneva; [200-?] [cited 2004 Jan 11]. Available from: <http://www.who.int/hpr/NPH/docs/declarationalmaata.pdf>.
- 3 Assembléia Legislativa (RS). Fórum pela vida: projeto plantas vivas. Porto Alegre: Corag; 2001.
- 4 Ministério da Saúde (BR), Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução 17, de 24 de fevereiro de 2000 [monografia na Internet]. Brasília (DF); 2000 [citado 2007 mar 9]. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2000/17_00rdc.htm.
- 5 Sena J. O conhecimento sobre o tema plantas medicinais enquanto instrumento tecnológico na formação acadêmica [dissertação de Mestrado em Enfermagem]. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fundação Universidade Federal do Rio Grande; 2004. 148 f.
- 6 Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em

- Seres Humanos. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF); 1997.
- 7 Triola MF. Introdução à estatística. Rio de Janeiro: LTC; 1999.
- 8 Zar JH. Biostatistical analysis. 2nd ed. New Jersey: Prentice-Hall; 1984.
- 9 Almeida MCP, Rocha JSY. O saber de enfermagem e sua dimensão prática. São Paulo: Cortez; 1989.
- 10 Geraldés ZA. Medicamentos vegetais de origem popular e suas implicações na assistência e ensino de enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP 1981;15(3):247-55.
- 11 Di Stasi LC. Plantas Medicinais: arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Editora UNESP; 1996.
- 12 Oliveira SM. A utilização de plantas medicinais na promoção e na recuperação da saúde nas comunidades pertencentes às equipes do Programa de Saúde da Família do Rio Grande – RS [dissertação de Mestrado em Enfermagem]. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fundação Universidade Federal do Rio Grande; 2003. 94 f.
- 13 Akerele O. WHO's traditional medicine program: progress and perspectives. WHO Chronicle 1984; 38(2):76-81.
- 14 Secretaria Estadual de Saúde (RJ). Resolução SES 1590, de 12 de fevereiro de 2001: aprova regulamento técnico para a prática da fitoterapia e funcionamento dos serviços de fitoterapia no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro; 2001.
- 15 Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (SP). Projeto de Lei 174, de 13 de abril de 2005: cria o Programa Estadual de Fitoterápicos, Plantas Medicinais e Aromáticas. São Paulo; 2005.
- 16 Rodrigues AG, Santos MG. Plantas medicinais e fitoterapia no SUS: a política do Ministério da Saúde [periódico na Internet]. Medicinal Online: Informativo Eletrônico do Instituto Brasileiro de Plantas Medicinais 2006 [citado 2006 abr 3];1(12). Disponível em: <http://www.ibpm.org.br/principal.shtml>.
- 17 Souza RB. Conhecimento e percepção dos docentes e discentes sobre a utilização de fitoterápicos por pacientes hospitalizados [dissertação de Mestrado em Enfermagem]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1995. 130 f.
- 18 Lapa AJ, Souccar C, Lima-Landman, Godinho RO, Lima TCM. Farmacologia e toxicologia de produtos naturais. In: Simões CMO, Schenkel EP, Gosmann G, Mello JCP, Mentz LA, Petrovick PR. Farmacognosia: da planta ao medicamento. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; 2000. p. 181-96.
- 19 Ministério da Educação (BR). Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF); 1996.
- 20 Patrício ZM, Saube R. Repensando paradigmas de saúde: ensinando e aprendendo terapêuticas alternativas para ser saudável. Texto & Contexto: Enfermagem 1992;1(2):142-51.
- 21 Savastano MAP, Di Stasi LC. Folclore: conceitos e metodologia. In: Di Stasi LC. Plantas medicinais: arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Editora UNESP; 1996. p. 37-45.
- 22 Medeiros LCM. As plantas medicinais e a enfermagem: a arte de assistir, de curar, de cuidar e de transformar os saberes. Rio de Janeiro: EDUFPI; 2002.
- 23 Ministério da Educação (BR). Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e nutrição. Brasília (DF): Conselho Nacional de Educação; 2001.

Endereço da autora/Author's address:

Ana Luiza Muccillo-Baisch
Av. Itália, Km 8, s/n°
96.201-900, Rio Grande, RS, Brasil
E-mail: annabaisch@yahoo.com.br

Recebido em: 21/03/2006
Aprovado em: 07/07/2006